

AS TRAMAS DO CAPITALISMO ENTRELACANDO AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS

Confabulations of capitalism entwining border relations

Las confabulaciones del capitalismo entrelazando las relaciones fronterizas

Kamila Madureira da Silva*
Alexandre Bergamin Vieira**
Matheus Martins de Araujo Irabi***

- * Licenciada em Geografia pela UFGD (2018). Mestranda do PPGG da FCH/UFGD
- kamila_agro@hotmail.com
- ** Prof. Dr. dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da FCH/UFGD
- alexandrevieira@ufgd.edu.br
- *** Mestrando do PPGG da FCH/UFGD
- matheusmirabi@gmail.com

Recebido em 17/03/2020. Aceito para publicação em 18/03/2020
Versão online publicada em 05/05/2020 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

O presente texto discute as reflexões obtidas no Trabalho de Campo em um acampamento de luta pela terra localizado na Linha Internacional Brasil-Paraguai, no município de Mundo Novo. Nossas observações partiram de uma metodologia de Campo que buscou diálogo direto com os moradores, buscando compreender as lutas pessoais e coletivas, suas trajetórias/histórias de vida e o seu cotidiano, além das dificuldades enfrentadas nesse território. Durante a pesquisa constatamos uma divisão interna entre as cerca de 60 famílias, relacionadas, principalmente às nacionalidades: brasileira, paraguaia e “brasiguaios”. A instrumentalização da pesquisa através do Trabalho de Campo nos possibilitou a percepção de um espaço complexo, disputado por diferentes forças da sociedade e que tem enfrentado problemáticas internas e externas, para buscar sua resiliência e adquirir a posse de seu lote. Por fim, o campo nos propiciou entender os processos de desigualdade e exclusão enfrentados no acampamento, criando alteridade entre as famílias.

Palavras-chave: Fronteira, território, capitalismo, identidade, desigualdade.

Abstract:

This paper discusses the reflections obtained in the fieldwork carried out at a camp of the Landless Workers' Movement located on the International Line on the Brazil-Paraguay border in the city of Mundo Novo. The research methodology occurred through direct dialogue with the residents, seeking to understand the personal and collective struggles, their trajectories / life histories, their daily life and also difficulties faced in this territory. The research confirmed an internal division between the approximately 60 families, mainly related to nationalities: Brazilian, Paraguayan and “*Brasiguaians*”. The instrumentalization of research through fieldwork has enabled us to perceive a complex space, disputed by different forces of society and marked by internal and external problems. Finally, the fieldwork allowed us to understand the processes of inequality and exclusion in the camp, processes that generate alterity among families.

Keywords: Border, territory, capitalism, identity, inequality

Resumen:

Este artículo discute las reflexiones obtenidas en el trabajo de campo realizado en un campamento del Movimiento de Trabajadores sin Tierra ubicado en la Línea Internacional en la frontera entre Brasil y Paraguay en la ciudad de Mundo Novo. La metodología de investigación se produjo a través del diálogo directo con los residentes, buscando comprender las luchas personales y colectivas, sus trayectorias / historias de vida, la vida cotidiana y también las dificultades enfrentadas en este territorio. La investigación confirmó una división interna entre las aproximadamente 60 familias, principalmente relacionada con las nacionalidades: brasileña, paraguaya y "*brasiguaya*". La instrumentalización de la investigación a través del trabajo de campo nos ha permitido percibir un espacio complejo, disputado por diferentes fuerzas de la sociedad y marcado por problemas internos y externos. Finalmente, el trabajo de campo nos permitió comprender los procesos de desigualdad y exclusión en el campamento, procesos que generan alteridad entre las familias.

Palabras clave: Frontera, territorio, capitalismo, identidad, desigualdad.

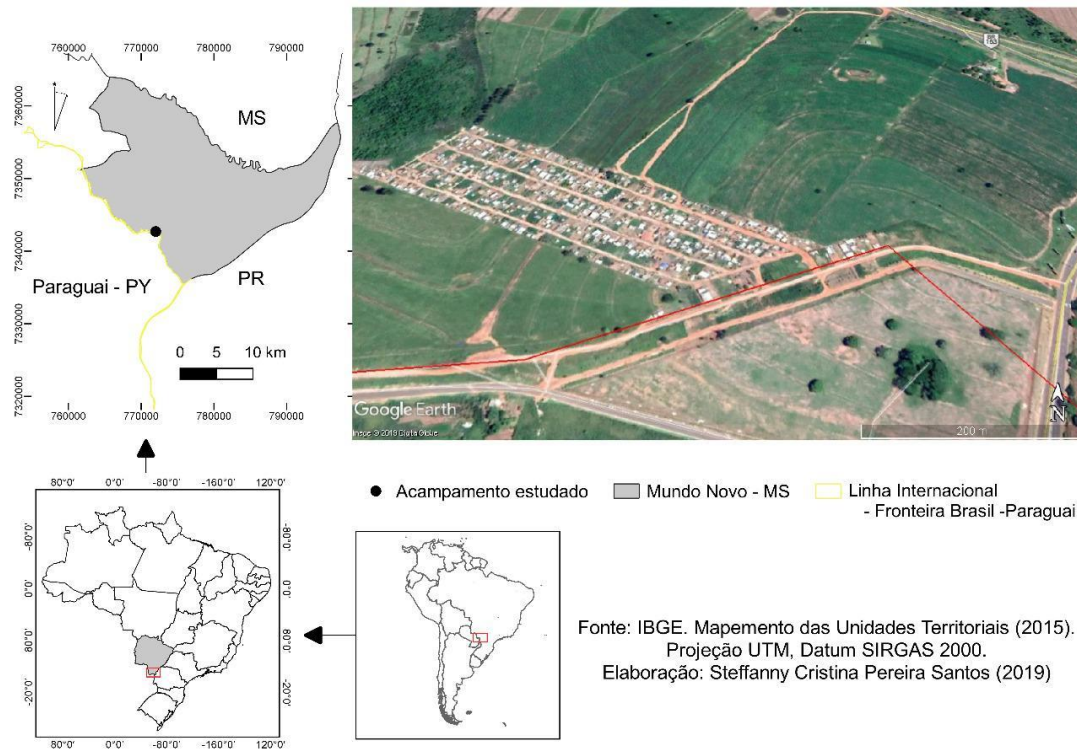
1. Introdução

Como quem tece uma colcha de retalhos, ousamos estabelecer relações que talvez possam iluminar as fagulhas do imaginário coletivo e ilustrar as mais íntimas indagações acerca dos processos sociais, econômicos e culturais que englobam as complexas relações fronteiriças, permeada de mobilidade e conflitos e, assim, tentar traduzir em palavras as inquietudes e sensações que o trabalho de campo nos proporcionou.

O tecer do presente trabalho, trata-se das costuras e emaranhados entre a experiência de conhecer e desvendar as características e especificidades do Acampamento "Linha Oito" (o próprio nome do acampamento já revela sua complexidade e especificidade pois alguns a denominam de "Linha Oito", outros de "Fênix" e vários outros ocupantes disseram não haver um nome específico. Alguns, ainda, o definem como acampamento, outros ocupação e alguns de assentamento. Optamos por definir como acampamento por ser a denominação mais explicitada durante as entrevistas com os moradores), localizado (ver figura 1) junto à Linha Internacional entre Mundo Novo (Brasil) e Salto del Guairá (Paraguai), e as relações oriundas da mobilidade e complexidade presentes na fronteira.

Nesse sentido, buscaremos neste texto realizar uma discussão acerca da complexidade da fronteira Brasil-Paraguai, a partir do recorte empírico do acampamento "Linha Oito", enfatizando a luta pela moradia, a exclusão social e as vivências e agruras dos sujeitos sociais deste território fronteiriço.

Figura 1 – Localização do Acampamento “Linha Oito”



2. O acampamento, luta pela moradia, a exclusão e a fronteira

Mesmo localizado distante do perímetro urbano de Mundo Novo a primeira impressão insta perceber que o movimento de ocupação trata-se da luta pela moradia, não relacionada à luta pela terra relacionada à agricultura ou a reforma agrária, devido ao tamanho dos lotes e à disposição dos mesmos e seu arruamento, no formato de loteamento urbano, como observado na figura 1, acima.

Para que houvesse maior entendimento dos processos que permeiam essas relações, tornou-se necessário fazer um breve apontamento à respeito do sistema capitalista e sua lógica de desenvolvimento.

De acordo com a teoria da acumulação de Marx, o sistema capitalista é dinâmico e expansível, sendo o estado estacionário incompatível com o capitalismo, que possui como mecanismo necessário o constante crescimento do volume do capital, para preservá-lo necessita da acumulação progressiva, assim sendo o próprio sistema cria barreiras para seu próprio desenvolvimento, o que torna as crises endêmicas ao processo capitalista de produção. (HARVEY, 2005)

A obtenção do lucro máximo é a palavra chave do sistema capitalista de produção e para tanto os capitalistas jogam pesado, visando expandir o volume e o valor total das mercadorias no mercado, reduzindo o poder aquisitivo da população, explorando a força de trabalho da forma mais dinâmica possível,

achatando os salários, exigindo aumento da produtividade, ausência de direitos trabalhistas, situações precárias de trabalho, reduzindo ao máximo os custos. (HARVEY, 2005)

A natureza passa a ser vista apenas como recurso, totalmente afastada da humanidade, e os povos que mantem relação diferenciada com a natureza, não baseada em apenas exploração econômica são considerados povos atrasados e inferiores, por contradizerem a lógica do capital.

Para que haja a reprodução do capital, é necessária a desigual distribuição de renda e riqueza, pois, igualdade distributiva e capitalismo são incompatíveis. Caso os trabalhadores fossem proprietários dos meios de produção jamais se sujeitariam as condições precárias de trabalho e baixos salários proporcionados pelo capitalismo, mas como não os possuem, o trabalho assalariado é a única forma para a manutenção de suas necessidades básicas e sobrevivência. Se o trabalhador se negue a ser explorado, há um imenso exército de reserva para substituí-lo, formado pela mão de obra excedente. O perfeito igualitarismo econômico é impossível, apesar da política liberal defender (em teoria) a igualdade de direitos.

Notamos que os moradores do Acampamento “Linha Oito”, em sua grande maioria, desenvolvem alguma atividade em Salto Del Guaiá e uma minoria em Mundo Novo, visto que a localidade paraguaia trata-se de um município maior, proporcionando mais “empregos”, porém a informalidade é predominante nos dois municípios.

Desenvolvimentos geográficos desiguais mascaram a verdadeira natureza do capital, visto que indivíduos e grupos tentam moldar espaços e lugares para si próprios, orientados pela regra da acumulação do capital e pelo poder do Estado. O capital acaba por ser “sensível” as necessidades da população a qual ele explora, pois caso não fosse seria forçado a tornar-se, pela pressão exercida pelas lutas sociais e de classes, o que acaba refreando suas ambições, embora a culpa das vítimas seja o mais comum. (HARVEY, 2016)

A propriedade privada estabelece o direito de posse de uma coisa ou processo, estando este em uso ou não, podendo dispor do mesmo quando desejar, este direito é transmitido geração após geração. O Estado usa a força para garantir a proteção deste direito, que não é democraticamente distribuído, aumentando e mantendo a capacidade dos detentores da propriedade privada de acumular riquezas. (HARVEY, 2016)

Segundo Harvey (2005), as lutas comunitárias, as alianças de classes são presentes em aspectos regionais e locais, e mesmo que as mesmas já não fossem presentes, os processos em andamento dentro do capitalismo as criariam:

Na medida em que nas últimas décadas, as políticas neoliberais desmantelaram grande parte das proteções criadas com tanto esmero durante décadas de luta, estamos cada vez mais expostos a alguns dos piores aspectos desse “moinho satânico” que o capital, por si só, inevitavelmente cria. (Harvey, 2016. p. 62)

A luta política de classe possui maior potencial de produzir mudanças estruturais, mudando a essência das coisas, assim o reforço de nossa consciência enquanto categoria, amplia também a nossa consciência de classe que é essencial. (GOMES, 1991)

A pobreza não é uma questão de responsabilidade exclusiva da atualidade, ela perdura desde o modelo de colonização com base na conquista, aplicado em nosso continente, agravado na ditadura, que exclui índios, favelados, migrantes, negros entre outros. Na atual conjuntura nos deparamos com o processo de retroalimentação da pobreza pelo sistema econômico vigente, que é estrutural e social, além de histórica, e que possui leis próprias, que apenas a geração de emprego e renda não é capaz de solucionar. São entendidos como pobres aqueles indivíduos destituídos de poder, trabalho, informação, sem a satisfação de suas necessidades básicas, direito ao acesso aos serviços, recreação, descanso, ou seja, uma pessoa ou família que não tem condições de viver dentro dos padrões socialmente impostos, aspectos associados à insuficiência monetária e aspectos que vão extremamente além destes (VALLA; STOTZ; ALGEBAILLE, 2005).

Há a questão da feminização da pobreza. Conforme Arriagada (2002), o aumento da pobreza associado ao processo de deterioração econômica o crescimento de empregos sem vínculos ou vínculos instáveis e do desemprego que além de afetar a população mais pobre, afeta principalmente mulheres.

As mulheres tiveram de ingressar no mercado de trabalho visando aumento da renda familiar, devido a escassez de alimentos, itens de primeira necessidade, diminuição dos serviços sociais como saúde, moradia e educação, e devido ao fato das mulheres terem dificuldade de administrar a família diante de tais fatos (ARRIAGADA, 1994).

Outra transformação refere-se à estrutura familiar, o aumento dos lares em que as mulheres são chefes de família, além de que muitas famílias mesmo havendo a presença do homem há a observância da dependência da renda da mulher, fato repetidamente constatado no Acampamento “Linha Oito”, no qual os lares onde realizamos as entrevistas eram, na sua quase totalidade, geridos e estavam sob responsabilidade das mulheres.

Assim, notamos que o conceito de pobreza não dá conta de revelar a complexidade das desigualdades sociais atuais, o que nos remete ao conceito de exclusão social que, segundo Castel (2004), vem aos poucos se impondo para abranger as mais variadas formas da miséria no mundo, desde o desempregado de longa duração, até o jovem da periferia que não alcançou seu lugar no mercado de trabalho, os sem domicílio fixo, aqueles que não auferem renda mínima para subsistência, etc. revelando que a gama de excluídos é diversa e multidimensional (VIEIRA, 2009) em que o indivíduo pode nascer excluído, permanecer perenemente nesta condição ou tornar-se pelas precárias relações de trabalho, pela inexistência de trabalho ou mesmo pelo isolamento social.

Entendemos então a importância em se compreender a exclusão social como processo estrutural do modo de produção capitalista, para não cair na

máxima de luta contra uma exclusão social situacional, como um pronto socorro que repara as rupturas do tecido social quando o mesmo já está desmantelado, e não um cuidado permanente intervindo nos processos que produzem tais situações. Ou seja, o combate à exclusão social não é setorial, conjuntural ou situacional, mas estrutural.

O desenraizamento é característico do capitalismo, possuindo a tendência de destruir as relações sociais que não sejam puramente capitalistas, transformando as pessoas em apenas possuidoras de força de trabalho, e potenciais vendedoras delas, fazendo com que estejam sempre em busca de meios de sobrevivência, e para tal são obrigados muitas vezes a sair de um lugar para o outro, o que envolve outro problema social a dificuldade de inclusão, seja na economia, nas relações sociais, na cultura, sendo então submetidos a privações não apenas materiais, ou seja, a exclusão social também é subjetiva e de relações sociais (VIEIRA, 2009).

De acordo com Martins (2003) as migrações internas estão em grande parte apoiadas nos mesmos fatores das imigrações internacionais: desemprego ou subemprego, busca pela moradia, diferentemente das migrações internas que ocorriam no passado, que eram parte fundamental de ascensão social, elevação a um padrão de vida moderno e emancipador.

Podemos então entender através de Martins (2003) que são migrações que desagregam sem transformar, pois, os migrantes acabam por aceitar condições degradantes de trabalho e, más condições de vida, dignidade e direitos e infelizmente do sentido de pertencimento, o próprio ato de migrar já contextualiza a perda, expulsão, antes migrava-se para “subir na vida” hoje migra-se para “evitar a queda”, o desesperado esforço de estabelecer algum ordenamento social.

Fatos e realidades nitidamente observados no Acampamento “Linha Oito”, (i)migrantes em sua maioria, excluídos e sem teto, que se revelam numa complexidade de ir e vir (figura 2) ou permanecer. E que hoje encontram-se inseridos em território fronteiriço, que pode ser entendido como um conjunto de “itinerários e lugares” (HOLZER, 1997, p. 83). Na realidade estudada a existência do território não reclama a delimitação de fronteiras fixas, e sim flexíveis, visto que os limites são dados de acordo com as relações (espontâneas ou não, conflituosas ou não) frente (ou junto) a outros grupos, com a necessária alteridade.

Portanto, o acampamento, o seu território e suas fronteiras junto aos sujeitos/agentes sociais que o compõe são história. A história de um território é a história e os movimentos de migrações constantes, de conflitos entre diferentes espaços, de transformações de espaços e de paisagens, constituindo-se em território.

Assim:

Toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo em que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza (...). Sob vários aspectos, a viagem desvenda alteridades, recria identidades e

descortina pluralidades. (Ianni, 2003, p.13)

Figura 2 – Ir e vir (ou permanecer?) no Acampamento “Linha Oito”



Fonte: SILVA, K.M. (2019). Trabalho de Campo

3. Na complexidade da fronteira – um acampamento

Conforme Albuquerque (2010) na atualidade a palavra fronteira adquire aspectos tanto territoriais, geográficos quanto metafóricos, para demarcar ou apagar limites culturais, sendo muitas vezes confundido com limite e divisa. A fronteira é vista como zona entre dois países, é um espaço mais amplo de relações sociais de um lado e outro do limite político. O limite internacional é delimitado linha de fronteira (Figura 3), sendo, ao mesmo tempo, física e visível e abstrata e invisível, fruto de um tratado jurídico internacional ou delimitação.

A fronteira, comumente, também indica um limite, ela aponta onde tem início ou fim de um determinado território, cujo limite estabelece a soberania nacional e serve para assinalar o que pertence a ele, quais as suas competências e os elementos que dele fazem parte e o que pertence ao outro. Mas, ela não se resume às suas delimitações geográficas. A demarcação normatizada de uma linha ou faixa divisória de natureza política entre duas partes estimula a ocorrência de práticas de afirmação, adaptação e tensão. Ao mesmo tempo, em que constitui um cenário de intolerância, ambição e morte é também lugar da esperança, de justiça, de alegria e de vida.

Figura 3 – Limite do acampamento e a linha de fronteira Brasil-Paraguai



Fonte: SILVA, K.M. (2019). Trabalho de Campo

A divisa representa a visibilidade limítrofe na paisagem geográfica deste limite invisível, sendo percebido pelos marcos visíveis e controles alfandegários e, no caso do acampamento “Linha Oito”, um alambrado erguido pelo capital.

Segundo Bourdieu (1998) as fronteiras são atos jurídicos artificiais e de disputas de poder. Sendo a vontade política capaz de construir diferenças culturais mesmo com contextos históricos semelhantes.

O imaginário popular é sempre povoado e bombardeado por estigmas referentes aos espaços de fronteira. Para conhecer e perceber a complexidade da fronteira é necessário vê-la sob diversos ângulos. A visão daqueles que vivem próximo é muito diferente daqueles que vivem longe. Para aqueles que vivem a e/ou na fronteira, esta faz parte do cotidiano, é fonte de trabalho formal e/ou informal, do contrabando, do tráfico e “muambas”, do turismo, da riqueza e da pobreza, da inclusão e da exclusão social, ou seja, para além de espaço da norma ela se constitui como território usado (SANTOS, 1994), onde as inter-relações culturais, econômicas, sociais e políticas assumem uma determinada frequência e intensidade que se misturam num espaço onde de fato a fronteira parece inexistir, onde “tudo” é possível, desde o transitar, até o engajar-se no mercado de trabalho, passando a usufruir e a transmitir os elementos do que está do lado de cá e do lado de lá, que normativamente se instaura, mas que na prática se esvai.

As informações estigmatizadas acerca da fronteira Brasil-Paraguai não representam apenas ficções ou mentiras, os mesmos fazem parte da sensível

relação social e territorial que compõe a fronteira, devido a realidade da dificuldade das forças repressoras e fiscalizadoras do Estado, como também dos ilícitos e do contrabando, favorecendo os estigmas, principalmente para os de fora e de longe da fronteira

Raffestin (1993) aponta que a formação de um território “implica em comunicação”, a partir da qual um ator informa a outros suas intenções e o espaço que ele ocupa e exerce seu poder e as normatizações (RAFFESTIN, 1993, p. 147). Portanto, o ato de informar a outros atores evidencia a manifestação de poder que o primeiro exerce sobre determinada porção do espaço. Havendo aceitação por parte dos “outros”, constitui-se um território apaziguado. Do contrário instala-se o território conflituoso, mais comum, pois os atores estão em constante contato e luta por interesses, quando as contradições se estabelecem.

É exatamente esta complexidade e este conflito que observamos nas entrevistas no Acampamento “Linha Oito”. Notamos que mesmo residindo em um mesmo território e compartilhando a mesma luta, pela terra, pela moradia, ou seja, a motivação sendo a mesma, os indivíduos se diferenciam entre si, formando grupos, em que há a divergência de ideias, e até mesmo sendo perceptível, talvez não claramente, mas nas entrelinhas dos diálogos no decorrer das entrevistas, um certo ar de rivalidade, e até mesmo de superioridade de um grupo para com o outro, ou até mesmo um preconceito velado dos brasileiros para com os imigrantes paraguaios, havendo casos, em que através da oralidade há a percepção de seus laços com o país vizinho, o indivíduo não se identifica como paraguaio, ou descendente dos mesmos.

Em conversas com moradores, percebemos uma divisão, em que os lotes da parte superior, mais próximo à linha da fronteira, pertencem aos brasileiros, já os lotes mais abaixo pertencem aos paraguaios ou brasiguaios sendo notável a situação de maior vulnerabilidade dos paraguaios em relação aos brasileiros, sendo apontados pelos brasileiros como “preguiçosos”, mesmo que de forma velada, e por esta razão vivem em situação de maior vulnerabilidade.

O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (Elias, 2000, p.38).

Tal fato pode estar relacionado com o que explicitam Poutignat e Fenart (2011) quando discutem Connor (1978/1993): a questão da nação e o fortalecimento da nacionalidade advém do fato das pessoas acreditarem que estão ligadas por uma filiação ancestral, manifestando a solidariedade étnica e/ou nacionalista quando em confronto com elementos estrangeiros e origina-se na xenofobia, ou seja, a convicção que seus membros formam um mesmo povo, devido a origem comum e um mesmo sangue. E isso é nítido no acampamento “Linha Oito” e reforçado pela sua posição fronteiriça.

Esses relatos demonstram como as relações de poder dentro de um

território surgem de diversas esferas. Andando no acampamento essa percepção se visibiliza em diversas partes nessas duas regiões, a parte “alta” e a “baixa”, a aglomeração de mais casas, construídas majoritariamente por vários retalhos, algumas paredes de alvenaria, completadas por tapume ou qualquer outro material que se torne passível de se complementar a casa, é um exemplo característico da dessa porção “baixa”, portanto, a mais pobre. Na porção mais alta do acampamento encontram-se as únicas atividades comerciais presentes ali, uma mercearia e um bar.

Essas rugosidades criam linguagens que também exemplificam esse processo, a presença dos termos “nós” e “eles” demonstrou-se em constantes repetições durante as entrevistas. De acordo com um dos moradores, resultando inclusive na busca por advogados diferentes, para conseguir resolver a situação documental desse acampamento.

Conforme Bauman (2005), estar totalmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum, ou seja, ser considerado estranho em algum aspecto, pode ser uma experiência desconfortável, até conseguir sentir-se “em casa”, paga-se um alto preço para a aceitação de sua identidade, que é oriunda de um processo de construção, e não de descoberta, e este processo é uma luta, como também é uma luta o exercício constante de protege-la.

Assim como na figura 4, abaixo, o homem dentro do sujeito que migra, se esfacela, se rompe e posteriormente volta a se reconstruir, ou a se construir enquanto um novo indivíduo, devido as relações que constrói ao longo do processo de migração.

Figura 4 – A (re)(des)construção na fronteira



Fonte: SILVA, K.M. (2019). Trabalho de Campo

Ainda em Bauman (2005), percebemos que a “ideia de identidade” nasceu da crise de pertencimento, bem como a “identidade nacional não foi naturalmente gestada, então a partir da modernidade que substituiu os Estados pré-modernos, as identidades se tornaram tarefas a serem desempenhadas pelos indivíduos, podendo então ser uma “faca de dois gumes”, em que um grupo contra “pressões coletivas” se apegas as suas crenças e costumes, ou em outro momento quando o grupo que volta contra outro grupo visando força-lo ou induzi-lo a render-se ao seu “ego coletivo”, buscando dissolve-lo, em ambos casos a identidade é um “grito de guerra”.

No processo de mobilidade o individuo não é mais o mesmo, muito se perde pelo caminho e muito é absorvido também, há o processo de reconstrução ou construção de uma nova identidade, que pode ser fruto da assimilação da cultura do outro, ou até mesmo da luta pela manutenção de sua própria, mas sem duvida há a construção de um mosaico oriundos dos processos e relações ao longo das vivencias.

Uma definição que chama a atenção é que diz que não podemos tratar o território simplesmente como objeto material nos condicionando a compreender as interações sociais que se estabelecem no espaço, portanto, o território é meio e processo das relações sociais, e ao mesmo tempo materiais, sendo então o território conflito social termo introduzido pela teoria marxista. (DEMATTEIS; SAQUET, 2015)

O acampamento não se trata apenas de local de fluidez, mas também de conflitos e disputas de poder, pois se divide em grupos, cada entrevista realizada era apontada uma liderança diferente, o que nos leva a perceber que ainda não há uma organização enquanto grupo mesmo todos estando em uma mesma luta em prol de um mesmo objetivo, o que faz transparecer certa insegurança por parte dos moradores, até mesmo para dialogar conosco.

(...) sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1997, p. 42).

Dematteis (1970) apud Saquet (2015) ainda nos afirma que o território é compreendido como uma construção social, com desigualdades, as relações humanas, de produção em conjunto com o meio e as condições naturais, reconhecendo a complexidade dos problemas territoriais, relacionados tanto a heterogeneidade dos fenômenos territoriais, quanto na complexidade da ação de transformação do território.

Ressaltando que, conforme Deleuze e Guatarri (1992), não há conceito simples, pois possui componentes, história, metamorfoses, ou seja, um conceito contem outros conceitos, como é o caso do conceito de território.

Dentre os processos relacionados ao território, nos deparamos com as territorialidades, que são culturais, políticas e econômicas, estas que são

construídas ao longo da existência do indivíduo.

Se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e “sem pátria” (Haesbaert, 1995, p.178).

No processo de mobilidade acaba havendo a desterritorialização dos indivíduos e automaticamente a sua re-territorialização, como abordam Deleuze e Guatarri apud Saquet (2015) a reconstituição, restituição do poder. O capitalismo tece a re-territorialização a partir da desterritorialização, obtemos então o conceito de T-D-R, trabalhado posteriormente por Raffestin (1984).

Nos diálogos com os moradores percebemos que a composição do acampamento consiste em brasileiros oriundos de diversas partes do país, entre eles pessoas naturais de Mundo Novo, Ivinhema e do Paraná, além de paraguaios, percebidos através da oralidade, pois os que entrevistamos em sua maioria não se identificaram como tal. Esta mobilidade remete aos conceitos de T-D-R, pois no ato de deixar sua origem, ficam para trás as relações sociais, de trabalho e culturais, para ingressar uma nova construção, até mesmo de identidade, processo este complexo, pois além de todos os fatores inerentes ao social e cultural, há a dificuldade da manutenção das necessidades básicas de sobrevivência, como acesso a água, energia elétrica, alimentação, documentação, acesso ao perímetro urbano nos dois lados da linha.

(...), cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu ser outro. Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território (SAQUET, 2003 [2001], p. 220-221)

Os movimentos sociais constroem estruturas e dominam territórios das mais diversas formas (MOREIRA e MEDEIROS, 2013) e derivam de duas correntes. A primeira provém da existência de indivíduos excluídos das políticas governamentais, que estão à margem da sociedade, marginalizados pelo poder público, e a segunda refere-se a indivíduos excluídos pelo próprio sistema capitalista, o qual através das relações sociais impõe classes aos seus atores.

(...) é útil refletir a respeito do que é o capitalismo nos dias de hoje, a partir da intuição política e social, do homem comum, de que vivemos numa sociedade que visivelmente descarta e secundariza pessoas. (MARTINS, 2003, p.19)

O acampamento possui hoje cerca de 60 famílias paraguaias e acreditamos que grande parte deles não possui documentação brasileira, o que dificulta acesso aos serviços sociais, tratando –se das famílias brasileiras

conversamos com pessoas cuja única renda é a do Programa bolsa família, outras a renda do BPC do irmão deficiente é a única renda da casa, há ainda pescadoras profissionais que recebem o benefício na época da piracema, enfim, em nenhuma das entrevistas nos deparamos com trabalhadores desenvolvendo trabalhos formais, o que dificulta o processo de inserção social e econômico, e conseqüentemente a territorialização.

4. Considerações finais

Então, podemos entender que o Acampamento “Linha Oito” se constitui como um novo território na linha da fronteira como decorrente de um processo de desterritorialização e reterritorialização, processo este que ocorre conjuntamente, e possui uma identidade própria:

(...) O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p.10)

Segundo os moradores “ninguém gosta de sem teto/sem terra”, quando vão até a cidade de Mundo Novo, são vistos de forma pejorativa, e estão apenas “Lutando por um direito”, não querem roubar ninguém, apenas querem o direito de pertencer, o que nos leva a crer que a construção do território demanda além da luta diária, a luta contra os preconceitos contra os que lutam, vivemos em um país cujo o acomodar-se a situações de exclusão é mais bem visto que a busca pela “igualdade de direitos”, ou melhor dizendo, a amenização das desigualdades.

Conforme apontam Moreira e Medeiros (2013), a luta pela terra consiste na luta pela sobrevivência, recuperação da dignidade e cidadania, quando atores sociais saem da invisibilidade, se organizam e se manifestam para reivindicar junto ao Estado sua reterritorialização e reinserção social, deixando as marcas de sua luta na paisagem, que consiste na conquista da fração do território possibilitando a territorialização, a construção/reconstrução da vida, a reconstrução da dignidade, a afirmação do direito de existir, podendo ser lugar de mudança ou da recriação da sua cultura, sua autonomia, de sua capacidade de ascender política, social e economicamente. Com a efetivação da conquista afirmam sua existência e reafirmam o caráter complexo e também contraditório da fronteira, no caso do Acampamento “Linha Oito”.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.**- São Paulo: Annablume, 2010. 268 p.

ARRIAGADA, I. “**Transformaciones del trabajo femenino urbano**”. *Revista de la Cepal* 53, p. 91-110, agosto de 1994. p. 91-110

_____. “**Cambios y desigualdad en las familias latinoamericanas**”. *Revista de la Cepal* 77, 143-161, agosto de 2002.

BAUMAN, Zygmunt, **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Bauman; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998. 311 p.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In.: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; YASBEK, Maria C.; BOGUS, Lúcia. **Desigualdade e questão social**. 2ªed. São Paulo: EDUC. 2004, p. 235-264

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992. 279 p.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 224 p.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. 74 p.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Et. Al.(Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 165-203

_____. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997. 293p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**- São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

_____. **17 contradições e o fim capitalismo**- 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 304 p.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, n. 3 p. 77-85, jul./dez. 1997.

IANNI, Octavio. "A metáfora da viagem". In: _____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 11-31.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. 2003, 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 228 p.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MOREIRA, V.S.; MEDEIROS, R.M.V. 2013 – "Reflexões sobre o território e a territorialidade para compreender o despertar de um movimento social". In SAQUET, M.A.(Org.) **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. P – 3104 – 3118.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. - 2.ed.- São Paulo: Editora da UNESP, 2011. 250 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática. 1993. 269 p.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, Angelo. **Regione e regionalizzazione**. Milano: Franco Angeli, 1984. p. 69-82

SANTOS, M. **Território e Dinheiro**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

_____. O Retorno do Território. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.), **Território. Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec-ANPUR, 1994. p.15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território** – 4 ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015. 200p

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana. O desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST Edições 2003 (2001). 257 p.

VALLA, V.V.; STOTZ, E.N.; ALGEBAILLE, E.B. **Para Compreender a Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 160 p.

VIEIRA, A, B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.